NCK Gestão da Informação S.A.

CNPJ nº 05.441.789/0001-30
Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018.

Ativo	2018	2017
Circulante	9.532.450,37	6.430.421,86
Caixa e equivalentes a caixa	8.059.327,15	5.395.708,42
Caixa e bancos	481,91	96.602,24
Bancos c/ Aplicação	8.058.845,24	5.299.106,18
Conta a receber	1.473.123,22	1.034.713,44
Duplicatas a receber	98,50	3.921,24
Impostos a recuperar	855,75	855,75
Outras contas a receber	1.472.168,97	1.029.936,45
Não Circulante	4.290.834,98	59.663,64
Realizável a longo prazo	3.900.000,00	-
Depósitos caucionados	280.000,00	-
Investimentos	3.620.000,00	-
Imobilizado	390.834,98	59.663,64
Computadores e periféricos	56.732,60	56.732,60
Máquinas e equipamentos	4.695,93	4.695,93
Móveis e utensílios	41.960,00	41.960,00
Benfeitorias em imóvel de terceiros	411.892,00	-
Depreciação Acumulada	(124.445,55)	(43.724,89)
Total do Ativo o	13.823.285,35	6.490.085,50

Demonstração Analítica das Despesas do Exercício findo Em 31-12-18

Despesas Operacionais	2018	2017
Pro-labore	453.429,04	352.929,04
Salários	615.455,48	597.566,51
Férias	81.535,53	73.051,49
13º Salário	63.006,27	65.584,48
Horas extras	2.962,36	788,90
Participações nos lucros e resultados	-	56.256,19
INSS	242.638,31	228.463,72
FGTS	55.816,18	84.995,76
Benefícios	281.688,06	214.704,90
Viagens	247.312,66	133.099,21
Serviços tomados	2.048.006,90	2.169.953,87
Materiais de consumo	58.777,83	44.713,47
Contas de consumo	6.018,37	10.957,21
Comunicações	117.760,51	122.284,21
Processamento de dados	891.014,27	1.881.213,52
Aluguéis e condomínios	774.929,10	621.951,63
Fretes e locomoção	2.365,74	18.013,40
Seguros	3.526,46	-
Propaganda e publicidade	8.393,96	27.429,54
Despesas legais	33.050,23	31.849,84
Doações	2.000,00	-
Depreciações e amortizações	80.720,66	21.283,64
Total	6.070.407,92	6.757.090,53

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31-12-18

	2018	2017
Receitas Operacionais		
Serviços prestados	20.694.473,81	15.338.327,92
Receitas prestados-gravame	363.373,50	351.821,29
Receita Operacional Bruta	21.057.847,31	15.690.149,21
Deduções Das Receitas	(1.182.500,55)	(836.670,17)
Impostos s/serviços	(413.889,49)	(263.979,69)
PIS s/faturamento	(136.876,03)	(101.985,99)
COFINS s/faturamento	(631.735,03)	(470.704,49)
Receita Operacional Líquida	19.875.346,76	14.853.479,04
Custos	(1.471.335,23)	-
Custo dos serviços prestados	(1.471.335,23)	-
Lucro Bruto	18.404.011,13	14.853.479,04
Despesas Operacionais	(6.084.366,50)	(6.765.844,34)
Despesas operacionais	(6.070.407,92)	(6.757.090,53)
Despesas financeiras	(13.958,58)	(8.754,81)
Resultado Operacional	12.319.644,63	8.087.634,70
Outras Receitas e Despesas	355.069,72	24.093,34
Receitas financeiras	252.401,16	138.201,77
Outras receitas	-	9.653,67
Outras despesas	-	(123.762,10)
Resultado de equivalência patrimonial	102.668,56	-
Lucro Antes do IR e da Contribuição Social	12.674.694,35	8.111.727,04
Provisão p/contribuição social	(623.334,84)	(459.634,18)
Provisão p/imposto de renda	(2.330.820,53)	(1.712.395,78)
Lucro Líquido do Período-base	10.343.873,82	6.399.331,26

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto (Conforme pronunciamento CPC 03)

1-Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	12.674.694,35	8.111.727,04
Depreciação	80.720,66	21.283,64
Renda de investimentos	(355.069,72)	(24.093,34)
Despesas de juros	13.958,58	8.754,81
Aumento nas contas a receber de clientes e outros	(438.409,78)	37.718,01
Aumento nas contas a pagar	6.973.166,41	(387.455,64)
Imposto de renda e contribuição sociais pagos	(2.330.820,53)	(1.712.395,78)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	16.618.299,97	6.055.538,74
2-Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compras de ativo imobilizado	(411.892,00)	(5.198,00)
Aquisição de investimentos	(3.620.000,00)	-
Juros recebidos	355.069,72	24.093,34
Juros pagos	(13.958,58)	(8.754,81)
Caixa líquido usado nas atividades de in vestimento	(3.970.800,86)	10.140,53
3-Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(9.983.840,38)	(5.079.364,70)
Aumento ou redução de capital em dinheiro	-	3.400.000,00
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(9.983.840,38)	(1.679.364,70)
Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalente de caixa	2.663.618,73	4.386.314,57
Caixa e equivalente de caixa no início do período	5.395.708,42	1.009.393,85
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	8.059.327,15	5.395.708,42

Demonstração das Mutações Do Patrimônio Líquido do Exercício Findo

Em 31-12-18	Capital Social	Lucros(prej.) Acumulados	Total
Saldo em 31-12-17	3.900.000,00	1.419.966,56	5.319.966,56
Lucro do exercício	-	10.343.873,82	10.343.873,82
Lucros distribuídos	-	(9.983.840,38)	(9.983.840,38)
Integralização ou (redução) de capital	-	-	-
Saldo em 31-12-18	3.900.000,00	1.780.000,00	5.680.000,00

Reconhecemos a exatidão do presente "Balanço Patrimonial" levantado em 31 de Dezembro de 2018, somando Ativo e Passivo a importância de R$ 13.823.285,35 (Treze milhões, oitocentos e vinte e três mil, duzentos e oitenta e cinco Reais e trinta e cinco centavos).

Sebastião Rodrigues de Souza - CT-CRC-1SP117600/O-5

NESLIP S.A.

CNPJ nº 19.654.466/0001-39
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em milhares de reais

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Ativo	2018	2017
Circulante	**179.186**	**181.088**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	175.401	177.875
Imposto a recuperar (Nota 4)	3.785	3.213
Não circulante: Realizável a longo prazo	**2.514**	**2.326**
Depósito judicial (Nota 5)	2.185	1.997
Partes relacionadas	329	229
Total do ativo	**181.700**	**183.414**
Passivo e patrimônio líquido	**2018**	**2017**
Circulante	**1.154**	**8.125**
Fornecedores	14	12
Obrigações tributárias	42	47
Parcelamento - PERT (Nota 7)	-	8.066
Remuneração dos acionistas (Nota 11(c))	1.098	-
Não circulante	**-**	**201**
Provisão para passivo a descoberto (Nota 6)	370	201
Patrimônio líquido (Nota 11)	**180.171**	**175.088**
Capital social	168.709	168.709
Reserva de lucros	8.103	7.872
Ajustes de avaliação patrimonial	65	113
Prejuízos acumulados	-	(1.666)
Dividendos adicionais propostos (Nota 11(c))	3.294	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**181.700**	**183.414**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros-reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 31 de dezembro de 2016	**154.646**	**7.872**	**118**	-	**10.547**	**173.183**
Aumento de capital (Nota 11(a))	14.063	-	-	-	(10.547)	3.516
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	(5)	-	-	(5)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.666)	-	(1.666)
Em 31 de dezembro de 2017	**168.709**	**7.872**	**113**	**(1.666)**	-	**175.028**
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	(48)	-	-	(48)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.289	-	6.289
Destinação do lucro: Constituição de reserva legal (Nota 11(b))	-	231	-	(231)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 11(c))	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.098)	-	(1.098)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(3.294)	3.294	-
Em 31 de dezembro de 2018	**168.709**	**8.103**	**65**	-	**3.294**	**180.171**

Notas explicativas da administração - 1. Contexto operacional: A Neslip S.A. (ou a "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo e tem como objeto social o atividade preponderante(i) a indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos alimentícios e bebidas em geral, bem como materiais e produtos para acondicionamento, material publicitário e de apoio comercial e assemelhados, (ii) transporte de cargas em geral e distribuição de bebidas, (iii) prestação de serviços de assistência às fábricas de cervejas e (iv) a participação em outras sociedades. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estas práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e as aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), em debêntures comprimissados de alta liquidez e em fundos de renda fixa que são prontamente conversíveis em numerário. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **(b) Investimento em controlada:** O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial. A variação cambial de investimento controlada no exterior, esta que apresente moeda funcional distinta da considerada pela Companhia, é registrada na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia e somente será apropriada ao resultado no exercício em que o investimento for vendido ou baixado. **(c) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados pelos valores líquidos de realização. **(d) Provisão para contribuição social:** A despesa de imposto de renda compreende a parcela corrente desse tributo, apurado pelo regime de tributação com base no lucro real e está reconhecida no resultado do exercício, pelo valor que se mesmo é calculado com base nas leis tributárias. Não há despesa a título de contribuição social sobre o lucro líquido registrada no resultado, tendo em vista ação ordinária ajuizada contra a União Federal, objetivando excluir a exigência relativa ao recolhimento da tal contribuição social instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e incidente sobre o lucro das pessoas jurídicas, a qual foi declarada inconstitucional no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 15 perante o Supremo Tribunal Federal. A União Federal, na oportunidade cabível, não interpôs o competente recurso para o Supremo Tribunal Federal, tendo a decisão transitado em julgado, conforme certidão emitida pelo cartório do juízo em 29 de fevereiro de 1992. Mesmo considerando que a modificação de tal decisão seria ainda possível com o ajuizamento de ação rescisória no prazo de dois anos, contados da data do trânsito em julgado da decisão, a nº não se manifestou formalmente no prazo estipulado em lei. A administração da Companhia, baseada em entendimento e na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver mais riscos com relação à incidência da contribuição social. **(e) Demais passivos circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos. **(f) Remuneração dos acionistas:** A distribuição dos dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia geral. **(g) Estimativas e premissas contábeis críticas:** As estimativas e as premissas são revistas de continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas a Companhia fez estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultam raramente sendo iguais aos respectivos resultados reais. Quanto as contingências as mesmas são atestadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, discussões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos. **(h) Demonstrações do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

2. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	570	570
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	111.559	28.329
Debêntures compromissadas	9.465	94.599
Fundo de aplicação (Cash Alloc FICFI)	53.807	54.946
	174.831	177.874
	175.401	177.875

As aplicações financeiras têm seus rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade que varia entre 97,00% e 100,00% do CDI, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito, e estão disponíveis para resgate imediato nas operações da Companhia. **4. Imposto a recuperar:** O saldo de imposto a recupe- rar, no montante de R$ 3.785 (2017 – R$ 3.213), refere-se a saldo de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, atualizado monetariamente, quando aplicável, pela taxa Selic até a data das demonstrações financeiras. **5. Depósito judicial:** Em dezembro de 2009, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R$ 377, referente ao processo no qual figura como autora é a Fazenda Nacional. Em dezembro de 2010 (incorporada pela Companhia em junho de 2002), que argui débitos de contribuição social sobre lucros auferidos pela empresa incorporada em: fevereiro, março, abril e junho de 1996. Em julho de 2013, a Companhia obteve judicialmente a quantia de R 935 referente ao processo no qual o autor

Dívida consolidada - valor nominal pelo CARF	Entrada de 20% em 5 parcelas	Saldo remanescente a pagar de 80%	Saldo remanescente a pagar com redução dos juros e da multa	Atualização pela Selic de dez/2017	Saldo a pagar atualizado em dez/2017
Principal 6.963.380,95	1.392.676,19	5.570.704,76	5.570.704,76	30.081,81	5.600.786,57
Multa 5.222.535,71	1.044.507,14	4.178.028,57	1.253.408,57	6.768,41	1.260.176,98
Juros 14.986.240,31	2.997.248,06	11.988.992,25	1.198.899,23	6.474,06	1.205.373,28
Total 27.172.156,97	**5.434.431,39**	**21.737.725,58**	**8.023.012,56**	**43.324,27**	**8.066.336,82**

8. Resultado financeiro

	2018	2017
Comissão de fiança	(800)	(746)
Juros sobre parcelamento - PERT	(60)	(4.250)
Outras despesas financeiras	(1)	(6)
Despesas financeiras	(861)	(5.002)
Receitas financeiras de depósitos bancários	10.264	17.016
Variações monetárias e ganhos cambiais líquidos	310	136
Receitas financeiras	10.574	17.152
Resultado financeiro, líquido	9.693	12.150

9. Imposto de renda: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda pela alíquota nominal e a despesa de imposto de renda demonstrada a seguir:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda	6.376	7.814
Alíquota nominal do imposto de renda - %	25%	25%
IR pela alíquota nominal - (despesa) crédito	(2.094)	(1.955)
Ajustes		
Provisão para passivo a descoberto	(16)	(15)
Equivalência patrimonial	(25)	(570)
Adicional de alíquota - 10%	24	24
Despesa de IR no resultado do exercício	(2.087)	(2.521)

10. Contingências: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e fiscais, cuja natureza tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como remotos e possíveis, para os quais não foram registradas quaisquer provisões para contingências, no montante de R$ 1.718.561 (2017 – R$ 2.379.633). **11. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social integralizado está representado por 168.709 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme a seguir detalhado:

Acionistas:	Quantidade de ações	%
Ambev Bebidas Conexões Ltda.	525.272	31,3%
KAIK Participações Ltda.	881.020	33,5%
Heineken International B.V.	374.282	14,2%
Coca Cola Indústrias Ltda.	270.366	10,3%
TILPAR - TIL Participações Ltda.	273.943	10,4%
Outros	7.907	0,3%
	2.632.790	**100%**

Cada ação ordinária confere o direito a um voto na Assembleia Geral. Em 25 de abril de 2017, com a incorporação da sociedade Heineken International B.V. (que se absteve de votar), os acionistas aprovaram a capitalização da integra dos dividendos adicionais propostos (Nota 11(c)) e o aumento de capital (Nota 11(a) nos prazos propostos), no valor de R$ 14.063, passando o capital social da Com-

Diretoria:
Francisco Miguel Alarcon - Presidente
Paulo Weiser Neto - Diretor | **Luiz Otávio Pôssas Gonçalves** - Diretor
Contador Responsável:
Sebastião de Souza Fontes Nunes - CRC - 1RJ003746/O-9 "S" SP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0190037-54.2011.8.26.0100** O(A) Mm. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Felipe Poyares Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ESPÓLIO DE JOSÉ GONÇALVES SIMÕES, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por Banco Cessia da Costa Araujo e outro, Faz saber ao espólio de José Gonçalves Simões, representado por Maria Hesperina Jimenez Gonçalves Simão, que lhe foi proposta uma ação de Cessão de Crédito por Banco Cessia da Costa Araujo e Simone da Costa Araujo Alegando, em síntese, que o devedor, na outorga definitiva do apto.71,7andar do Edifício Roselys,à rua Teodoro Sampaio 763,Jd.America,com área total de 150,1142m², Deixando o mesmo em lugar incerto, expede-se o presente edital de citação para que em 15 dias, contente o feito sob pena de serem acolhidos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de abril de 2019. |12,15|

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1030443-55.2016.8.26.0001. A MM ª Juiza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Drs. Gislaine Maria de Oliveira Cornado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Casa do Livro de Macae Ltda ME (CNPJ: 02.713.027/0001-57) que Madras Editora Ltda lhe ajuizou ação de cobrança objetivando o recebimento da quantia de R$ 4.394,10 (atualizada até agosto de 2016) referente a mercadorias entregues em consignação para venda, não tendo a ré prestado contas acerca dos títulos vendidos e dos bens remanescentes, e, por conseguinte, não restituído-os, sendo, por isso, devedora de citação por parte, que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de março de 2019. 12 e 13 / 04 / 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1000747-71.2016.8.26.0001. Classe: Assunto Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo - Santana. Requerido: Luiz Eduardo Ivanov e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000747-71.2016.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Carla Bandeira Margarido Pires Leme, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Luiz Fernando Leme (CPF. 084.807.728-83), que Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo - Santana ha ajuizado ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando o pagamento de R$ 20.100,23 (janeiro de 2016), decorrente do Recibo Provisório de Serviço nº 118462, oriundo da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de fevereiro de 2019. 12 e 13 / 04 / 2019.

29ª Vara Cível. Processo Digital nº: 1061635-05.2013.8.26.0100-Monitória - Contratos Bancários. Requerente: HSBC BankK Brasil S/A - Banco Múltiplo. Requerido: FLAVIO DA SILVA CASSEMIRO. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 29ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Valéria Longobardi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Flávio da Silva Cassemiro (CPF. 142.624.818-13), que HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo lhe ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 34.751,41 (agosto de 2013), decorrente do Contrato de Cheque Especial nº 1963-00774-10 e Contrato de Crédito Pessoal Giro Fácil nº 1963-02039-52. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), arrecade os honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. NADA MAIS. 12 e 13 / 04 / 2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0055265-95.2011.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara de Família e Sucessões, do Foro Central, Estado de São Paulo, Dr(a). Vivian Wpfli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PEDRO AUGUSTO CEZAR, Brasileiro, que estando em lugar incerto e não sabido e desconhecido, foi determinada a expedição do presente edital, que será publicado na rede mundial de computadores, e no sítio do tribunal a que estiver vinculado e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 1 (um) ano, ou, não havendo sítio, no órgão oficial e na imprensa da comarca, durante 1 (um) ano, reproduzida de 2 (dois) em 2 (dois) meses, fundado o requerido citado da presente ação e, para no prazo de lei, integrar a instância e alegar o que se lhe oferece em defesa de seus direitos e bens, entrando na posse dos bens arrecadados, sob pena de, findo o prazo e não havendo manifestação, prosseguir-se no feito à sua revelia, valendo a citação para todos os atos e termos do processo, devendo o requerido fazer-se representar nos autos por advogado legalmente constituído. A ausência foi declarada por sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito Dr(ª). Vivian Wpfli, datada de 05/11/2015, transitada em julgado em 01/12/2016, tendo sido nomeado curadora DEISE DORIA, Brasileiro, Viúva, RG 3.242.948-4, CPF 114.139.558-43, Rua Yberaba, 348, Nova Ibanhaém, CEP 11740-000, Ibanhaem SP. Nos termos do art. 344 do C.P.C. fica o requerido advertido de que a sua não manifestação presumirá como verdadeiros o alegado. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de julho de 2017. 12/04/19

Avanço S.A. Indústria e Comércio de Máquinas

CNPJ 43.297.852/0001-03

Documentos Extraviados Devido a Enchente/Inundação

Hora do fato: por volta das 22:00 Rua do Ipiranga nº 1080/219 - bairro Ipiranga, cidade de São Paulo: 07:00 horas do dia 11/03/19 - Documentos Trabalhistas - Ficha de registro de empregados do número 0001 a 0867; DARF de IRRF Código 0561 de 2015 a 2018; DARF de IRRF Código 0588 de 2015 a 2018; DARF de IRRF Código 0588 de 2015 a 2018; DCTF - IRRF de 2008 a 2018; DIRF IRRF 2014 a 2017. Cadastro geral de empregados e desempregados de 2007 a 2018. Informe de rendimentos IRRF de 2016 a 2018. Aviso e recibo de férias de 2014 a 2018. GRF guias de FGTS mensais de 2017 a 2018. GRF guias de FGTS mensais de 1972 a 2018. Recibos de entrega e guias de IR e transporte de 2014 a 2018. Atestado de saúde ocupacional dos funcionários - ASO de 2016 a 2018. Holleriths - recibo de pagamento mensal de 2015 a 2018. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO de 2012 a 2018. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional de 2012 a 2018. GRRF de FGTS multa por dispensa imotivada de 2016 a 2018. Acordo de compensação de horas e mudança de horário de 2005 a 2018. Documentos de eleição da CIPA e atas mensais de 2010 a 2018. Documentos de eleição da CIPA. Documentos de empregados demitidos - Avisos prévios e recibos de desempregos; GRFF FGTS com conectividade social, extrato de FGTS, recibo de pagamento da rescisão; Atestado de saúde ocupacional demissional de 1998 a 2018. Comprovante e demonstrativo de pagamento de rescisão de 1998 a 2018. Comprovante de entrega de EPI - Equipamento de Proteção Individual de 2014 a 2018. Acordo coletivo de trabalho incluso de férias coletivas. Livro de inspeção do trabalho nº 01 e nº 02. **Documentos Financeiros / Fiscais / Contábeis:** Cópia de cheques, comprovantes, relatório de caixa pequeno/caixa geral, livro caixa de 2007 a 2018. Balancetes de 2007 a 2018. Documentos base para processos de importação (invoice, notas e comprovantes de 26/04/2011 a 30/04/2018. **Notas fiscais de controle do imobilizado:** Notas fiscais de entrada de material e notas fiscais de serviços de 01/2015 a 12/2015 e 01/2018 a 10/2018.

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO - 1ª VARA CÍVEL - Avenida das Nações Unidas, nº 22.939 - 12º andar - Vila Almeida - SantoAmaro - CEP 04795-100 - Fone: 5541-7990 - São Paulo-SP - E-mail:stoamaro1cv@tjsp.jus.br - **EDITAL de CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo **1002973-12.2017.8.26.0002**. MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dra. **CAROLINA NABARRO MUÑOZ ROSSI**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a BELACOR RESTAURAÇÕES E PINTURAS LTDA.**, CNPJ 06.189.051/0001-90, na pessoa de seu representante legal, que **CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO RESIDENCIAL ARAGUAIA** lhe move ação de **PROCEDIMENTO COMUM**, visando o cumprimento do protocolo dos títulos nº: 1106-1701/201/7-50, 1107-1701/201/7-38 e 1108-17/01/201/7-15, no valor de R$13.466,66 cada, emitidos em 12/08/2016, 12/07/2016 e 06/07/2016, com vencimentos para 12/01/2017, 12/12/2016 e 12/11/2016, respectivamente; a rescisão dos contratos firmados para restauração, impermeabilização, lavagem, aplicação de seladora e pintura por conseguinte, sejam declaradas indevidas as parcelas vincendas, eventualmente endossadas e em posse das requeridas, a condenação como litigante de má-fé e demais cominações legais, tudo em razão do descumprimento das obrigações assumidas quanto aos prazos contratados para a conclusão dos serviços e a qualidade destes, que não obedeceram as condições técnicas estabelecidas. Estando a ré em lugar incerto e não sabido, foi deferida a **CITAÇÃO por EDITAL** para que, no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2019

12 e 13/04

FORO REGIONAL III - JABAQUARA - 2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES - FILS Afonso Celso, nº 1065 - Vila Mariana - CEP 04119-062 - fone: (11) 5574.0355 - São Paulo - SP - E-mail: jabaquara2ccivel@tjsp.jus.br **EDITAL para COMPRIMENTO DE DIMISSÓRIAS PARA TERCEIROS**, expedido nos autos de **INTERDIÇÃO** de **SATIE KUKITA YOSIDA**, requerido por **KAHORU YOSIDA** - Processo nº **1015919-13.2017.8.26.0003**. O MM Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, **Dr. JOSÉ MAURICIO CONTI**, na forma da lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por **SENTENÇA** proferida em 05/11/2018, foi **DECRETADA a INTERDIÇÃO** de **SATIE KUKITA YOSIDA**, CPF 058.363.108-82, declarando a curatela restrita tão somente aos atos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 85, caput, § 1º da Lei 13.146/2015, e, nomeado como **CURADOR(A)** em **CARÁTER DEFINITIVO**, o(a) Sr(a) **KAHORU YOSIDA**. Opresente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias e afixado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de março de 2019.

02 - 12 e 22/04

Nova Geraes S.A. - CNPJ/MF nº 10.175.653/0001-65 - NIRE 35.300.45795-1
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1/12/18

Aos 1/12/18, às 11 hs, na sede, com a totalidade do capital social. **Mesa: Fernanda Rodrigues Novaes** - Presidente; **Oswaldo Américo Saul Filho** - Secretário. **Deliberações:** Por unanimidade de votos dos acionistas e sem quaisquer restrições, foi aprovada a alteração do endereço da sede social da Companhia da Avenida Nove de Julho, 3229, conjunto 1308, Jardim Paulista, em SP/SP, para a **Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, 1º andar, sala 133, Jardim Paulistano, em SP/SP.** Em vista a mudança de endereço da sede social, os acionistas decidem alinhar alterar o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passará a viger com a seguinte redação: "Artigo 3º: A Companhia tem sede e foro em SP/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, 1º andar, sala 133, Jardim Paulistano." **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 1/12/18. Jucesp nº 600.328/18-1 em 28/12/2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Nova Geraes S.A.
CNPJ/MF nº 10.175.653/0001-65 - NIRE 35.300.45795-1
Ata da AGOE realizada em 10/10/18

Aos 10/10/18, às 10 hs, na sede, com a totalidade. **Mesa: Fernanda Rodrigues Novaes** - Presidente; **Oswaldo Américo Saul Filho** - Secretário. **Deliberações:** Por unanimidade de votos dos acionistas e sem quaisquer restrições, foi aprovado, após debates e discussões, conforme atribuição prevista no § 3º do artigo 18º do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos intermediários do exercício social de 2018, relativos ao período de janeiro a agosto de 2018. Tendo em vista que parte do resultado deste período, equivalente a R$ 5.488,289,00 foi distribuído a antecipadamente para a acionista Fernanda Rodrigues Novaes, decidem por unanimidade que o montante equivalente a R$ 3.000,000,00 (três milhões de reais) será pago aos acionistas em parcela única em 31/08/18, da seguinte forma: para a acionista **Fernanda Rodrigues Novaes** R$ 1.500.000,00 para a acionista **SEAVONLLC**. Os pagamentos ocorrerão a partir de 15/10/18. Nadamais. São Paulo, 10/10/18. Jucesp nº522.909/18-8 em 06/11/2018.

Companhia Agropecuária Cincomar

CNPJ/MF nº 45.719.655/0001-52

Demonstrações Financeiras - Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 (Valores expressos em Reais (R$))

Ativo	2017	2016
Ativo circulante	-	**617.841.12**
Disponível	-	617.841.12
Caixa geral	-	617.841.12
Caixa	-	617.841.12
Não circulante	**1.889.444,00**	-
Imobilizado	1.889.444,00	-
Edifícios e construções	1.985.349,00	-
Edifícios	426.425,00	-
Propriedades agrícolas	1.558.924,00	-
Florestamentos e reflorestamentos	198.069,00	-
Depreciação/amortização/exau acumulado	293.974,00	-
(-) Depreciação acumulada/construção filial	293.974,00	-
Total do ativo	**1.889.444,00**	**617.841.12**

Passivo	2017	2016
Passivo circulante	-	287,00
Fornecedores (origem contabilidade)	-	287,00
Ficolex Assessoria Contábil Ltda.	-	287,00
Não circulante	**4.274,60**	-
Obrigações a longo prazo	4.274,60	-
Empréstimos de sócios/acionistas/ administração longo prazo	4.274,60	-
José Antônio Furtado	4.274,60	-
Patrimônio líquido	**1.885.169,40**	**617.554,12**
Demonstração do resultado do exercício	**2017**	**2016**
Despesas operacionais	(4.274,60)	(4.445,88)
Despesas administrativas	(4.274,60)	(4.445,88)
Despesas gerais	(4.274,60)	(4.445,88)

Passivo	2017	2016
Capital social	622.000,00	622.000,00
Capital subscrito	622.000,00	622.000,00
Reservas de capital	931.858,00	-
Reservas de lucros	335.586,00	-
Reservas de lucros a realizar	335.586,00	-
Lucros e prejuízos acumulados	(4.274,60)	(4.445,88)
Lucros e prejuízos do exercício	(4.274,60)	(4.445,88)
(-) Prejuízos do exercício	(4.274,60)	(4.445,88)
Total do patrimônio líquido e passivo	**1.889.444,00**	**617.841.12**
Honorários contábeis	(4.274,60)	(4.445,88)
(=) Prejuízo operacional líquido	(4.274,60)	(4.445,88)
(=) Prejuízo líquido do exercício	(4.274,60)	(4.445,88)
José Antônio Furtado - Sócio; Jogy Tamura CRC 1-SP114903/O-0 Contador		

Companhia Agropecuária Cincomar

CNPJ/MF nº 45.719.655/0001-52

Demonstrações Financeiras - Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 (Valores expressos em Reais (R$))

Ativo	2017	2016
Ativo circulante	-	**617.841.12**
Disponível	-	617.841.12
Caixa geral	-	617.841.12
Caixa	-	617.841.12
Não circulante	**1.889.444,00**	-
Imobilizado	1.889.444,00	-
Edifícios e construções	1.985.349,00	-
Edifícios	426.425,00	-
Propriedades agrícolas	1.558.924,00	-
Florestamentos e reflorestamentos	198.069,00	-
Depreciação/amortização/exau acumulado	293.974,00	-
(-) Depreciação acumulada/construção filial	293.974,00	-
Total do ativo	**1.889.444,00**	**617.841.12**

Passivo	2017	2016
Passivo circulante	-	287,00
Fornecedores (origem contabilidade)	-	287,00
Ficolex Assessoria Contábil Ltda.	-	287,00
Não circulante	**4.274,60**	-
Obrigações a longo prazo	4.274,60	-
Empréstimos de sócios/acionistas/ administração longo prazo	4.274,60	-
José Antônio Furtado	4.274,60	-
Patrimônio líquido	**1.885.169,40**	**617.554,12**
Demonstração do resultado do exercício	**2017**	**2016**
Despesas operacionais	(4.274,60)	(4.445,88)
Despesas administrativas	(4.274,60)	(4.445,88)
Despesas gerais	(4.274,60)	(4.445,88)

Passivo	2017	2016
Capital social	622.000,00	622.000,00
Capital subscrito	622.000,00	622.000,00
Reservas de capital	931.858,00	-
Reservas de lucros	335.586,00	-
Reservas de lucros a realizar	335.586,00	-
Lucros e prejuízos acumulados	(4.274,60)	(4.445,88)
Lucros e prejuízos do exercício	(4.274,60)	(4.445,88)
(-) Prejuízos do exercício	(4.274,60)	(4.445,88)
Total do patrimônio líquido e passivo	**1.889.444,00**	**617.841.12**
Honorários contábeis	(4.274,60)	(4.445,88)
(=) Prejuízo operacional líquido	(4.274,60)	(4.445,88)
(=) Prejuízo líquido do exercício	(4.274,60)	(4.445,88)
José Antônio Furtado - Sócio; Jogy Tamura CRC 1-SP114903/O-0 Contador		

"FASPAR S/A Empreendimentos e Participações"

CNPJ (MF) 01.590.442/0001-06 - NIRE 35.300.148.223

RELATÓRIO DA DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 VALORES EM REAIS - ELIMINADOS OS CENTAVOS

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
	75.694.395	**75.215.848**
CIRCULANTE	**21.323.903**	**19.368.221**
Caixa	101.258	210.098
Bancos conta Movimento	20	90
Aplicações Financeiras	9.377.535	9.143.335
Clientes	0	0
Depósitos Judiciais	428.661	368.568
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	10.647.469	9.255.639
Adiantamento a Fornecedores	0	12.500
Obras em Andamento	**768.960**	377.991
NÃO CIRCULANTE	54.370.492	**55.847.627**
INVESTIMENTOS	**192.226**	**134.558**
Participações em Outras Sociedades	192.226	134.558
IMOBILIZADO	**54.178.266**	**55.713.068**
Edifícios	8.360.221	8.360.221
Instalações Diversas	896.995	896.995
Benfeitorias	2.987.640	3.031.725
Terrenos	10.031.565	10.031.565
Terrenos – Reavaliação	11.330.079	11.330.079
Edifícios – Reavaliação	9.490.373	9.490.373
Instalações Diversas – Reavaliação	416.978	416.978
Terrenos – Reavaliação/2006	17.460.578	17.460.578
Edifícios – Reavaliação/2006	17.796.944	17.796.944
Instalações Diversas – Reavaliação/2006	771.019	771.019
Máquinas e Equipamentos	3.526	3.526
Móveis e Utensílios	1.549	1.549
Depreciações Acumuladas	-25.369.201	-23.878.484

PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
	75.694.395	**75.215.848**
CIRCULANTE	**335.858**	**289.910**
Fornecedores	40.803	40.388
Impostos a Recolher	182.696	152.974
Contribuições a Recolher	98.200	94.455
Outros Compromissos	14.139	2.100
NÃO CIRCULANTE	**700.000**	**700.000**
Financiamentos L.P.	700.000	700.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**74.658.537**	**74.225.932**
CAPITAL SOCIAL	**38.400.000**	**38.400.000**
Capital Social Integralizado	38.400.000	38.400.000
RESERVAS DE LUCROS	**36.258.537**	**35.825.932**
Lucros a Disposição da Assembléia	7.105.608	2.354.693
Reserva de Lucros	29.152.728	33.471.239

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES

No Início do Exercício	9.353.523	11.506.889
No Final do Exercício	9.478.813	9.353.523
(Aumento) Redução Líquido nas Disponibilidades	**(125.291)**	**2.153.366**

DIRETORIA/CONTADOR

Valmik Antonio Mamprim - Diretor

Jose Cesar Trivellato - Diretor

Antonio Rorollo Romer - Diretor

CONTADORIA

Irvando Bressanin - TC - CRC 1SP-61.26O-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2018 E 2017 VALORES EM REAIS - ELIMINADOS OS CENTAVOS

	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**7.965.876**	**5.059.458**
Receita de Aluguel	7.965.876	5.059.458
Receita de Unidades Imobiliárias Vendidas	0	0
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**290.754**	**184.670**
PIS sobre Faturamento	51.778	32.886
Cofins	238.976	151.784
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**7.675.122**	**4.874.788**
(-) LUCRO BRUTO	**7.675.122**	**4.874.788**
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	551.970	984.561
(+/-) RESULTADO EQUIVALENTE PATRIMONIAL	57.667	74.746
(-) CUSTOS		
Custo das Unidades Imobiliárias Vendidas	0	0
(-) DESPESAS GERAIS	2.564.141	2.378.873
(=) LUCRO OPERACIONAL	**5.720.619**	**3.555.222**
(-) OUTRAS DESPESAS	337	413
(=) RESULTADO EXERCÍCIOS ANTES DO IRRF E CSLL	**5.720.282**	**3.554.809**
(-) CSLL (Lucro Presumido)	262.897	324.031
(-) IRPJ (Lucro Presumido)	706.288	876.085
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**4.751.115**	**2.354.693**
Lucro Líquido por Ação		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (VALORES EM REAIS - ELIMINADOS OS CENTAVOS)

	31/12/2018	31/12/2017
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**4.751.115**	**2.354.693**
Despesas (Receitas) que não afetaram o caixa		
(+) Depreciações e Amortizações	1.490.717	1.509.228
(+) Equivalência Patrimonial	-57.667	-74.746
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**6.184.165**	**3.789.175**
(Acréscimo) Decréscimo em Ativo Operacional	**-1.786.307**	**-1.523.513**
(Aumento) ou Redução em Clientes	0	21.428
(Aumento) ou Redução em Adiantamentos	-1.379.330	-1.342.500
(Aumento) ou Redução em Depósitos Judiciais	-60.093	-194.642
(Aumento) ou Redução em Obras em Andamento	-346.884	-7.800
Acréscimo(Decréscimo)em Passivo Operacional	**45.942**	**321**
Aumento ou (Redução) em Fornecedores	416	-8.380
Aumento ou (Redução) em INSS a Recolher	16	-1.379
Aumento ou (Redução) em PIS a Recolher	2.271	-647
Aumento ou (Redução) em COFINS a Recolher	10.482	-2.985
Aumento ou (Redução) em IRPJ e CSLL sobre Lucro Presumido	19.970	13.344
Aumento ou (Redução) em IRRF a Recolher	635	-89
Aumento ou (Redução) em PIS/COFINS/CSLL a Recolher	-293	509
Aumento ou (Redução) em Contribuições / Produtos Rurais a Recolher	0	-36
Aumento ou (Redução) em ISS Retido a Recolher	407	-196
Aumento ou (Redução) em Honorários a Pagar	1.539	180
Aumento ou (Redução) em Caucões	10.500	0
Das Atividades Operacionais	**0**	**-86.970**
(Diminuição) Aumento em Investimentos	0	-0
(Compras) de Imobilizado	0	-86.970
Das Atividades de Financiamento	**-4.318.510**	**-4.332.379**
Pagamentos de Dividendos	-4.318.510	-4.332.379
(=) Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**125.291**	**-2.153.366**
	125.291	**-2.153.366**

DESCRIÇÃO

	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Patrimônio líquido
SALDO EM 31/12/2015	**38.400.000**		**35.796.932**	**74.473.766**
Lucros do Exercício	--	--	5.712.369	5.712.369
Ajuste de Exercícios Anteriores	--	--	--	--
Dividendos Distribuídos	--	--	-3.982.508	-3.982.508
Transferências entre Contas	--	--	--	--
SALDO EM 31/12/2016	**38.400.000**	**336.834**	**3.746.678**	**76.203.617**
Lucros do Exercício	--	--	2.354.693	2.354.693
Ajuste de Exercícios Anteriores	--	--	--	--
Dividendos Distribuídos	--	--	-4.332.379	-4.332.379
Transferências entre Contas	--	--	--	--
SALDO EM 31/12/2017	**38.400.000**	**336.834**	**35.489.098**	**74.225.932**
Lucros do Exercício	--	--	4.751.115	4.751.115
Ajuste de Exercícios Anteriores	--	--	--	--
Dividendos Distribuídos	--	--	-4.318.510	-4.318.510
Transferências entre Contas	--	--	--	--
SALDO EM 31/12/2018	**38.400.000**	**336.834**	**35.921.703**	**74.658.537**

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS

No Início do Exercício	2.354.693
Lucro Líquido do Exercício	4.751.115
Total	**7.105.608**
Reserva de Lucros	4.751.115
Saldo a Disposição da Assembléia	**2.354.693**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Receitas	
Aluguéis	7.965.876
Outras Receitas	0
Insumos Adquiridos de Terceiros	
Custos dos Aluguéis	0
Custos das Unidades Imobiliárias Vendidas	0
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	2.564.141
Valor Adicionado Bruto	**5.401.735**
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.490.717
Valor Adicionado Líquido	**3.911.018**
Resultado de Equivalência Patrimonial	57.667
Receitas Financeiras	551.970
Valor Adicionado a Distribuir	**4.520.655**
Distribuição do Valor Adicionado	
Pessoal e Encargos	0
Impostos, Taxas e Contribuições	1.017.425
Remuneração de Capitais de Terceiros	0
Remuneração de Capitais Próprios	3.503.230
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	4.751.115
Valor Adicionado Distribuído	**4.520.655**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1 – Contexto Operacional: A empresa foi criada e constituída aos Bilhões de uma operação de Cisão Parcial da sociedade denominada "Comercial Guilherme Mamprim Ltda", cujo Capital Social Inicial foi integralmente realizado pela conferência e incorporação do patrimônio vertido da empresa cindida. A empresa tem como atividade principal a receita de aluguel de imóveis próprios. **2 – Principais diretrizes contábeis:** (a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas com observância as Leis das SA's (Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, inclusive aquelas introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, Regulamento do Imposto de Renda e demais legislação complementar). (b) Os investimentos encontram-se devidamente ajustados pela Equivalência Patrimonial, de acordo com a legislação vigente. (c) Os resultados foram apurados pelo regime de competência, que não teve correção monetária de acordo com a Lei nº 9.249/95 **3 – Reavaliação Espontânea do Ativo Fixo:** (a) A empresa promoveu a Reavaliação dos Bens Imóveis integralmente do seu Ativo Fixo, na data-base de 31/01/1997, conforme Resolução aprovada na AGO/E de 30/04/1997. (b) Em 31 de Agosto de 2006, a empresa promoveu uma segunda Reavaliação dos Bens Imóveis integrantes do seu Ativo Fixo, criando em contrapartida uma nova "Reserva de Reavaliação" destinada a abrigar o produto da operação, designada "Reserva de Reavaliação – 2006". **4 – Capital Social:** Capital Social de R$ 38.400.000,00 (Trinta e oito milhões e quatrocentos mil reais) totalmente integralizado, dividido em 3.840.000 (Três milhões, oitocentas e quarenta mil) ações ordinárias ou comuns, todas nominativas e sem valor nominal. **5 – Demonstrações Financeiras Comparativas:** Os eventos lucros ou prejuízos pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, estão refletidos nas Demonstrações Financeiras de 2011. A Demonstração do Fluxos de Caixa foi elaborada de forma comparativa aos valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2018.

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FORO REGIONAL II – SANTO AMARO - COMARCA DE SÃO PAULO

UNLEILÕES OFICIAIS

Edital de 1ª e 2ª. Praça de bem imóvel e para intimação do requerido **Olympic Desenvolvimento Imobiliário Ltda**, expedido nos autos da Ação de Rescisão de Contrato e Devolução do Dinheiro – **Vara do Juizado Especial Cível do Foro Regional II - Santo Amaro – Proc. 0130084-22.2008.8.26.0002** promovida por Antônio Cézar Canto de Araújo - A EXMA. DRA. MARINA SAN JUAN MELO, MM. JUÍZA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FORO REGIONAL II - SANTO AMARO, FAÇO SABER a quem interessar possa, que, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC e Provimento CSM 1625/2009, na modalidade online, através do sítio homologado pelo Tribunal de Justiça, www.unileiloes.com.br, sob a gestão da Leiloeira Oficial Fabiana Cusato, Jucesp nº 619, foi designado para o 1º. Leilão, com abertura no dia 16/04/2019 às 13:00hs, encerrando-se em 18/04/2019 às 13:00hs, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á o 2º. Leilão, com abertura no dia 18/04/2019 às 13:01hs e se encerrará dia 08/05/2019 às 13:00hs, sendo entregue a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 50% da avaliação do bem abaixo descrito: **LOTE ÚNICO: Apartamento nº 51, localizado no quinto andar do Edifício "PORTOGALLO", situado a Rua Barros Sobrinho, 105, esquina da Rua Herwis, no 26º Subdistrito Vila Prudente, com a área útil de 59,71m2, a área comum de 45,2515m2, a área total de 104,9615m2, correspondendo- lhe fração ideal de terreno de 0,0139. O terreno restante do lote 44,45,46 da Vila Bentivi, onde está construído o edifício, encerra a área de 1.495,93m2. Contribuinte: 17.283.0040.0 (Quatro unidades). Matrícula nº 108.806.928-28. Avaliação: R$ 295.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais).** CONDIÇÕES DE VENDA: DOS LANCES: O presente leilão será efetuado na modalidade "on-line", e quem pretende arrematar dito bem, deverá ofertar lances pela Internet através do site www.unileiloes.com.br, mediante cadastramento prévio, no prazo de até 24 horas de antecedência da data do Leilão. DO PAGAMENTO: O arrematante terá o prazo de 24 horas para realizar o depósito judicial, através de guias emitidas pelo sistema, em conformidade com o artigo 18 e 19 do Provimento CSM 1625/2009. Caso o pagamento ocorra por meio de cheque, o mesmo deverá ser compensado, sob pena de ineficácia da forma da lei e igualdade de condições, dispensando se a exibição do preço, até o valor atualizado. O valor excedente deverá ser depositado no prazo de 24 horas. Ressalta-se que, caso arremate o bem a credora deve pagar o valor da comissão do gestor. DA COMISSÃO: A comissão da Leiloeira será de 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário em dinheiro na conta a ser indicada pela Leiloeira no prazo de até 3 horas após o fechamento do Leilão. DO AUTO DE ARREMATAÇÃO: Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz. Em caso de inadimplência, deve ser observado o procedimento previsto no artigo 21 do Provimento. IMISSÃO NA POSSE: O arrematante providenciará perante o Juízo competente a imissão na posse. DO ACORDO e outros: Em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo adjudicante ou pelo requerido conforme o caso, para cobertura de custos do Leilão. Esse valor deverá ser depositado diretamente na conta da Leiloeira (Banco do Brasil – Agência nº 48526 – Conta corrente nº 11.944-X) e encaminhado o comprovante de depósito para o e-mail jurídico@unileiloes.com.br. Fica registrado que o arrematante arcará com as despesas, custas e emolumentos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência do patrimonial dos bens arrematados. Fica registrado que o arrematante arcará com os eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o(s) bem(ns), exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários, conforme o art. 130, parágrafo único do CTN. Caso as partes, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou cientificados, por qualquer motivo, das datas do Leilão Eletrônico, quando da expedição das respectivas notificações, valerá o presente Edital como ciência. INFORMAÇÕES: Dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone: (11) 5041-5275, de e-mail: jurídico@unileiloes.com.br. Os interessados que não tiverem acesso à internet deverão comparecer à Leiloeira, onde serão vendidos no estado de conservação em que se encontram. Será o presente edital, publicado e afixado no local de costume. São Paulo, 08 de fevereiro de 2019. **Exma. Sra. Dra. Marina San Juan**

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF Nº. 09.367.702/0001-62 - NIRE Nº. 35300352858 - COMPANHIA FECHADA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2019

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 25 de março de 2019, às 10h00, na sede da Companhia de Participações em Concessões ("**Companhia**"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 ("**LSA**"), constatando-se a presença da totalidade das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica da assinatura constante a apólice do "Livro Registro de Presença de Acionistas". **3. CONVOCAÇÃO**: Os avisos de que tratam o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Leonardo Couto Vianna e o Sr. Paulo Yukio Fukuzaki, como secretário. **5. ORDEM DO DIA: (i)** Tomar conhecimento da renúncia do Sr. **FRANCISCO DE ASSIS NUNES BULHÕES,** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; e **(ii)** aprovar o aditamento do Conselho de Administração da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **6.2.** Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pelo Sr. **FRANCISCO DE ASSIS NUNES BULHÕES,** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia nesta data, agradecendo ao mesmo pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceu referida função; **6.3.** Em decorrência do deliberado no item 6.2. acima, aprovar a eleição do Sr. **EDUARDO DE TOLEDO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.358.259-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 103.264.958-51, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 3º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. O mandato do membro do Conselho de Administração ora eleito se encerrará na data prevista para término do mandato do Conselheiro ora substituído, ou seja, até data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária em 2020, devendo o mesmo permanecer em seu cargo até a eleição e posse de seu substituto. O membro do Conselho de Administração ora eleito declara ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividades mercantis, conforme Termo de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração anexados na sede da Companhia. **6.4.** Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia, a partir desta data, passa a ser composto pelos seguintes membros: **(1)** Sr. **LEONARDO COUTO VIANNA**, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração, eleito na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2018, às 15h30; **(2)** Sr. **ARTHUR PIOTTO FILHO**, membro efetivo, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2018, às 09h00; e **(3)** Sr. **EDUARDO DE TOLEDO**, eleito na presente data; todos com mandato até a data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária em 2020, devendo os mesmos permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **7. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, é assinada pelos membros da mesa e por suas Acionistas. São Paulo/SP, 25 de março de 2019. **Assinaturas**: Leonardo Couto Vianna, Presidente da Mesa e Paulo Yukio Fukuzaki, Secretário. **Acionistas**: **CSR S.A.**, representada pelo Sr. Paulo Yukio Fukuzaki e **CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços**, representada pelo Sr. Paulo Yukio Fukuzaki. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em Livro próprio. *Leonardo Couto Vianna - Presidente da Mesa; Paulo Yukio Fukuzaki - Secretário.* JUCESP nº 184.381/19-8 em 03.04.2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

77s Participações S.A.

(Em Constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima Realizada em 31/08/2017

1. Data, Hora e Local: Em 31/08/2017, às 11 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo/SP na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2.373, Jardim América, CEP: 01441-002. **2. Presença**: A Acionista fundadora e subscritora da totalidade das ações emitidas pela Companhia, a saber: **77CO Participações S.A.**, sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2.373, Jardim América, CEP: 01441-002, inscrita no CNPJ/MF nº 21.728.560/0001-37, registrada na JUCESP sob o NIRE 35.300.474.988, representada na forma de seu estatuto social por seus Diretores José Roberto Cordeiro Leite, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, RG nº 24.510.426-4 SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº 328.822.448-86, e Alexandre Carola, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 28.350.592-8 SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº 213.206.458-01, ambos domiciliados na Cidade de São Paulo/SP, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2.373, Jardim América, CEP: 01441-002. **3. Mesa**: Presidente: José Roberto Cordeiro Leite; Secretário: Alexandre Carola. **4. Ordem do Dia**: deliberar sobre **(a)** a Constituição da Companhia sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e na qualidade de subsidiária integral da acionista fundadora; **(b)** a fixação do capital social da Companhia; **(c)** a aprovação do Estatuto Social da Companhia; e **(d)** a eleição dos membros da Diretoria e a fixação da remuneração dos membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, os presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem qualquer restrições: **(a)** Aprovar a constituição da Companhia, sob o regime de capital fechado, como subsidiária integral da acionista fundadora 77CO Participações S.A., já qualificada anteriormente; **(b)** Que o capital social da Companhia será de R$ 4.000,00, dividido em 4.000 ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal, no valor de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas nesta data, em moeda nacional, pela 77CO Participações S.A., conforme Boletim de Subscrição (Anexo I), que ficam fazendo parte integrante desta ata; **(c)** Aprovar a redação do Estatuto Social, nos termos do Anexo II; **(d)** Eleger os membros que da Diretoria da Companhia, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição, sendo eleitos como Diretores os Srs. **José Roberto Cordeiro Leite**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, RG nº 24.510.426-4 SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº 328.822.448-86, ambos domiciliados na Cidade de São Paulo/SP, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2.373, Jardim América, CEP: 01441-002, e **Alexandre Carola**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 28.350.592-8 SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº 213.206.458-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2.373, Jardim América, CEP: 01441-002, os quais serão designados, quando em conjunto, como "Diretores" e, quando individual e indistintamente, como "Diretor". Os Diretores ora eleitos estão dispensados de apresentar caução como garantia de sua gestão. Os Diretores eleitos, presentes à Assembleia, tomam neste ato posse de seus cargos, declarando que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por não estarem incursos em nenhum dos crimes legalmente previstos que os impeça de exercer atividades empresárias, bem como que, sob as penas da lei, não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeito dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. A presente ata fora feita de forma de ata e de sumário nos termos de Posse dos referidos Diretores ora eleitos para todos os fins e efeitos. Fica dispensado o pagamento de quaisquer valores aos membros da Diretoria. **6. Encerramento**: Nada a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo que, após ter sido lavrada a presente ata, foi a mesma lida, aprovada e assinada por todos os acionistas, conforme faculta o Artigo 130 da Lei 6.404/76, a qual lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 31/08/2017. Mesa: **José Roberto Cordeiro Leite** - Presidente, **Alexandre Carola** - Secretário. Diretores Eleitos: **José Roberto Cordeiro Leite** - Diretor, **Alexandre Carola** - Diretor. Advogado: Dr. Rafael Bento Gonçalves - OAB/SP nº 369.617. JUCESP NIRE nº 353005140-6 em 01.03.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Edital de Citação. Prazo 20 dias.Proc. **1029188-90.2015.8.26.0100**. O Dr. Rodolfo Cesar Milano, Juiz de Direito da 43ª Vara Cível Central/SP faz saber a Nossa Kasa Materiais para Construção Ltda. ME CNPJ 13.140.390/0001-47 que Comercial Cabradis de Materiais para Construção ajuizou ação de execução, para cobrança de R$ 25.821,40(março/15), referente ao Instrumento particular de Confissão de Dívida. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo nestes 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para prosseguimento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando o curador especial em caso de revelia. Será o edital por extrato afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. [12,15]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0019150-06.2010.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). **Michel Chakur Farah**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(s) **LAPENNA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ 45.846.359/0001-12**, que lhe foi proposta uma ação de **Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária** em parte de **Banco Bradesco S/A**, requerendo a apreensão do veículo **Marca VW, Modelo 8-150 E DELIVERY, Tipo Caminhão, Cor Branca, Ano: 2008, Placa EBT5508, Chassi: 9BWAG82W58R082858**. Inteja visto o descumprimento do Contrato nº 0704321, pleiteando o autor a apreensão liminar do bem e ao final a procedência da ação, consolidando a posse e propriedade do bem. Cumprida a Liminar de Apreensão do veículo e encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2019. 12 e 13/04

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 0015135-78.2009.8.26.0053. O(A)

SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 43.395.177/0001-47

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Controladora (não auditado) 2018	Controladora (não auditado) 2017	Consolidado (não auditado) 2018	Consolidado (não auditado) 2017
Circulante	**40.630**	**62.929**	**73.944**	**83.376**
Caixa e equivalentes de caixa	7.362	24.665	21.076	24.675
Contas a receber	30.392	34.553	43.996	34.553
Tributos a recuperar	661	1.036	1.108	1.470
Outros créditos	2.305	2.680	7.464	2.680
Não circulante	**502.857**	**36.781**	**539.621**	**36.396**
Contas a receber	–	210	–	210
Partes relacionadas	384	384	–	–
Depósitos judiciais	834	4.266	1.592	4.266
Outros créditos	2.541	–	2.606	–
Impostos diferidos	5.954	–	5.954	–
Investimentos	457.949	21	45	21
Imobilizado, líquido	30.698	31.631	294.619	31.631
Intangível, líquido	4.497	269	234.805	269
Total do ativo	**543.487**	**99.710**	**613.265**	**119.772**

Passivo	Controladora (não auditado) 2018	Controladora (não auditado) 2017	Consolidado (não auditado) 2018	Consolidado (não auditado) 2017
Circulante	**37.897**	**25.193**	**70.514**	**25.193**
Empréstimos e financiamentos	4.307	818	12.647	818
Debêntures	6.547	–	6.547	–
Fornecedores	2.575	2.619	4.136	2.619
Partes relacionadas	210	212	210	212
Obrigações trabalhistas	13.358	9.025	22.934	9.025
Obrigações tributárias	8.135	9.088	20.114	9.088
Adiantamento de clientes	2.753	3.422	3.543	3.422
Outras contas a pagar	14	9	383	–
Não circulante	**465.077**	**30.238**	**502.238**	**30.303**
Empréstimos e financiamentos	25.800	–	42.251	–
Debêntures	330.000	–	330.000	–
Provisão para perda de investimentos	–	561	–	–
Obrigações tributárias	21.357	25.262	39.733	25.888
Impostos diferidos	487	–	540	–
Provisão para demandas judiciais	5.328	4.415	7.609	4.415
Obrigações por aquisição de participações societárias	82.105	–	82.105	–
Patrimônio líquido	**40.513**	**44.279**	**40.513**	**44.279**
Capital social	2.262	2.262	2.262	2.262
Reserva de capital	27.200	–	27.200	–
Reservas de lucros	11.051	42.017	11.051	42.017
Total do passivo e patrimônio líquido	**543.487**	**99.710**	**613.265**	**99.775**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.** São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. em 31/12/2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e de seus respectivos fluxos de caixas individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação e pós graduação). Os valores da receita são reconhecidos quando os serviços foram prestados, conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa 2.18. A Companhia e suas controladas possuem métodos e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita dentro do adequado período contábil associado à prestação do serviço. Em função da relevância dos valores envolvidos, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros: • Avaliamos a adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31/12/2018, considerando as datas efetivas da prestação dos serviços, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício de acordo se apresentam de forma adequada. • Reprocessamos testes para uma amostra de mensalidades provenientes de alunos FIES e a compensação da abertura do alunos do programa de financiamento, além da análise da regularidade dos contratos. Verificamos se as correspondentes receitas foram registradas no período adequado, tendo em vista o cronograma de pagamento pelo programa FNDE. • Avaliamos uma amostra dos relatórios auxiliares de faturamento e respectivas reconciliações com os registros contábeis; • Efetuamos testes, para uma amostra, dos critérios de reconhecimento de receita referente aos serviços prestados (início da data de encerramento do exercício social "teste de corte da receita"); • Efetuamos testes dos controles internos implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receitas, incluindo, dentre outros, controles operacionais de cadastro de alunos, rematrícula e renovação de matrícula; • Efetuamos testes e inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em base amostral incluindo: a) análises de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de pagamento de matrícula, mensalidades e parcelas acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; • Realizamos, para uma amostra, testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados; • Avaliamos a adequação das respectivas divulgações da determinação do lucro por lucro básico e diluído da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, considerando que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, bem como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio:** Conforme descrito na nota explicativa 10, em 31/12/2018 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R$ 169.026 mil. O valor recuperável do ágio é avaliado anualmente nos termos das políticas contábeis aplicadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda se baseia na projeção futura de fluxos de caixa descontados e rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Devido à relevância do valor do ágio, às estimativas envolvidas no processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas e taxas de desconto e de crescimento dos valores no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como ênfase em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros: • Envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para avaliar nas premissas e metodologias de cálculo do valor recuperável do ágio registrado; • Avaliamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados; • Efetuamos teste matemático das projeções de resultados; • Efetuamos análise de consistência entre os dados considerados, quando aplicável; • Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios aprovado pelos responsáveis pela governança; • Avaliamos como as divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio, incluindo as informações sobre a sensibilidade a julgamentos e estimativas de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, e que apresentam adequadamente os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme demonstrado na nota explicativa 22. Em 31/12/2018, o montante de ativo fiscal diferido líquido era de R$ 5.467 mil. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de nossa auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. **Como nossa auditoria tratou o assunto:** Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros: • Avaliamos o cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos; • Com o auxílio de nosso especialista em avaliação • Avaliamos, de uma forma geral, as projeções de resultados, elaboradas pela administração da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos; • Avaliamos a adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados; • Efetuamos teste matemático das projeções de resultados; • Avaliamos a consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados internos, quando aplicável; • Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e • Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia. Com base em nosso procedimentos de auditoria, dentre outros, consideramos os critérios e as premissas de reconhecimento de impostos diferidos ativos adotados pela administração, que está consistente com a avaliação da administração, e que apresentam adequadamente os critérios e premissas de valor recuperável e os respectivos divulgações na nota explicativa 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Combinação de negócios:** Durante o exercício de 2018, a Companhia adquiriu o Grupo Unipê, conforme descrito na nota explicativa 4. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia aloque o preço de aquisição a ativos e passivos a valor justo na data da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou de compra vantajosa, conforme operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseados em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que exibe sujeitos a um elevado grau de incertezas. Em razão do elevado grau de julgamento relacionados e do impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros: • Realizamos a leitura dos documentos relacionados à transação, tais como contratos e atas; • Obtivemos as evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; • Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: • Avaliamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos • Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas no cálculo adotadas confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; e • Avaliamos a ainda de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo. • Efetuamos o recálculo da determinação do ágio por rentabilidade futura apurado nas combinações de negócios; e • Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, relacionados às combinações de negócios, identificamos ajustes de auditoria indicando a necessidade de realização de valores entre os ativos e passivos adquiridos, bem como a ausência de ajuste de valor justo para compor ágio por rentabilidade futura, os quais não foram ajustados pela Companhia. Dada a materialidade dos efeitos dessas adequações e dos efeitos contábeis das combinações de negócios, consideramos adequadas as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no exercício findo em 31/12/2017, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós que foi por outro auditor independente. **Outras informações da administração e da governança demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, devido a fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, as questões relacionadas com a

Demonstrações do Resultados Abrangentes

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita líquida	392.151	365.537	394.002	285.537
Custos dos serviços prestados	(161.680)	(139.290)	(163.266)	(138.396)
Lucro bruto	**151.058**	**127.141**	**160.746**	**127.141**
(Despesas) e receitas operacionais:				
Despesas gerais e administrativas	(42.024)	(45.889)	(50.143)	(45.890)
Depreciação e amortização	(5.881)	(5.984)	(10.219)	(5.984)
Custos com provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.312)	(12.359)	(20.606)	(12.358)
Resultado de equivalência patrimonial	(10.713)	(6)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(724)	5.435	(3.062)	5.435
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	72.404	68.341	76.706	68.341
Receitas financeiras	540	2.021	1.032	2.021
Despesas financeiras	**(24.702)**	**(8.040)**	**(29.443)**	**(8.040)**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	48.242	62.316	48.295	62.316
IRPJ e contribuição social	–	–	–	–
Corrente	(1.097)	(260)	(1.097)	(260)
Diferido	3.651	3.582	3.582	3.582
Lucro líquido do exercício	**50.760**	**62.056**	**50.760**	**62.056**
Media ponderada das ações no exercício	2.262.398	2.262.398		
Lucro básico e diluído por ação em reais	22,44	27,43		

Demonstrações do Resultados Abrangentes

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido do exercício	50.760	62.056	50.760	62.056
Total do resultado abrangente do exercício	**50.760**	**62.056**	**50.760**	**62.056**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora (não auditado) 2018	Controladora (não auditado) 2017	Consolidado (não auditado) 2018	Consolidado (não auditado) 2017
Das atividades operacionais				
Lucro antes do IRPJ e CSLL	48.242	62.316	48.295	62.316
Despesas (receitas) que não repre-sentam entradas de caixa	42.787	15.169	41.584	15.169
Resultado de equivalência patrimonial	10.713	6	6	6
Depreciação e amortização	5.988	5.984	8.502	5.984
Encargos financeiros sobre financiamentos	224	236	1.515	236
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	2.497	–	2.497	–
Juros de debêntures	7.642	–	7.642	–
Provisão para demanda judicial	913	(1.213)	822	(1.213)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.312	12.356	20.606	12.356
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	(2.200)	–	(2.200)	–
Decréscimo (acréscimo) em ativos	(20.054)	(17.987)	(25.762)	(17.987)
Contas a receber	(20.993)	(18.481)	(22.955)	(18.481)
Depósitos judiciais	3.432	(2.091)	3.603	(2.091)
Tributos a recuperar	(368)	595	(381)	595
Outros créditos	(2.165)	–	(6.029)	–
(Decréscimo) acréscimo em passivos	705	(2.617)	(16.187)	(2.617)
Fornecedores	(44)	(683)	(2.459)	(683)
Obrigações trabalhistas	4.331	(865)	12.909	(865)
Obrigações tributárias	(2.920)	(3.145)	(3.860)	(3.145)
Partes relacionadas	(2)	–	(2)	–
Mensalidades antecipadas	(669)	2.072	(7.056)	2.072
Outras contas a pagar	9	–	(10)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**76.180**	**58.481**	**47.500**	**56.881**
IRPJ e contribuição social pagos	913	(1.213)	822	(1.213)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**74.111**	**56.881**	**45.861**	**56.881**
Aquisição Grupo Unipê, líquido de caixa adquirido	(389.598)	–	(306.594)	–
Acréscimo no imobilizado	(4.626)	(6.731)	(5.580)	(6.731)
Acréscimo no intangível	(4.655)	(228)	(2.052)	(228)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(398.879)**	**(6.959)**	**(314.226)**	**(6.959)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(77.700)	(40.100)	(77.700)	(40.100)
Empréstimos e financiamentos pagos	(635)	(1.257)	(43.248)	(1.257)
Empréstimos e financiamentos	30.000	–	30.000	–
Emissão de Debêntures	328.905	–	328.905	–
Pagamentos obrigações por aquisições de participações societárias	–	–	(391)	–
Aumento líquido de capital	27.200	–	27.200	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**307.470**	**(41.357)**	**264.766**	**(41.357)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(17.298)**	**8.565**	**(3.599)**	**8.565**
Caixa e equivalentes de caixa	24.660	16.095	24.675	16.095
No início do exercício	7.362	24.660	21.076	24.660
No fim do exercício				
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**17.298**	**8.565**	**(3.599)**	**8.565**

ou continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, devido a fraude ou erro, elaboramos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para elaborarmos procedimentos de auditoria adequados à circunstância, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações a respeito forem inadequadas. Nossas conclusões são baseadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia e suas controladas a não manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Compreendemos os assuntos de auditoria significativos, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de abril de 2019

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Emerson Pompeu Bassetti
Contador
CRC-1SP215158/O-0

ACEF S.A.

CNPJ/MF nº 46.722.831/0001-78 – NIRE 35300185765

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	2018	2017	2018	2017
Circulante	**33.840**	**35.326**	**37.428**	**35.326**
Caixa e equivalentes de caixa	8.132	26.687	28.473	26.687
Contas a receber	23.638	8.342	23.345	33.504
Tributos a recuperar	676	894	1.369	1.130
Outros créditos	1.394	572	8.269	9.045
Não circulante	**488.765**	**145.329**	**507.575**	**188.177**
Contas a receber	17	92	2.730	92
Partes relacionadas	21.322	–	21.322	–
Depósitos judiciais	1.578	2.961	3.434	3.943
Outros créditos	1.659	–	26.144	19.600
Impostos diferidos	7.730	–	26.176	–
Investimentos	442.501	126.951	42	42
Imobilizado, líquido	13.631	14.867	77.930	63.021
Intangível, líquido	327	457	357.197	82.479
Total do ativo	**522.605**	**180.654**	**544.431**	**252.528**

Passivo	2018	2017	2018	2017
Circulante	**76.640**	**44.870**	**87.351**	**55.173**
Empréstimos e financiamentos	–	187	101	297
Fornecedores	29.249	24.159	29.249	24.159
Fornecedores	1.201	1.437	3.517	1.935
Obrigações por partes relacionadas	28.000	–	28.000	–
Obrigações trabalhistas	8.765	8.495	20.402	11.688
Obrigações tributárias	4.009	5.117	6.647	5.987
Adiantamento de clientes	1.646	2.481	3.518	2.581
Obrigações de arrendamento mercantil	–	–	1.282	1.282
Obrigações por aquisições de participações societárias	2.892	3.015	19.598	3.015
Receita diferida	–	–	842	842
Outras contas a pagar	7	–	842	–
Não circulante	**398.760**	**110.555**	**454.908**	**153.926**
Debêntures a pagar	373.200	97.600	373.200	97.600
Receita diferida	516	1.614	516	1.614
Provisão para demandas judiciais	6.462	6.341	8.664	6.000
Obrigações de arrendamento mercantil	–	–	27.096	28.659
Obrigações por aquisição de participações societárias	18.472	5.000	25.516	5.000
Receita diferida	–	–	12.276	12.995
Impostos diferidos	143	–	1.425	–
Outras contas a pagar	–	–	6.215	–
Patrimônio líquido	**47.172**	**43.429**	**47.172**	**43.429**
Capital social	27.700	27.700	27.700	27.700
Capital social a integralizar	2.500	–	2.500	–
Reservas de Lucros	16.972	15.729	16.972	15.729
Total do passivo e patrimônio líquido	**522.605**	**198.854**	**589.431**	**252.528**

Demonstrações do Resultados Abrangentes

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Total das reservas	Retenção de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Total	Lucros reservados
Saldos em 31/12/2016	**27.000**	–	–	–	**14.747**	**1.017**	–	**17.746**	**16.746**
Aumento de capital	5.700	–	–	–	(5.700)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	25.697	25.697	–
Destinação do lucro do exercício									
Constituição da reserva legal	–	–	–	–	–	1.285	1.285	(1.285)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	(6.103)	(6.103)
Dividendos adicionais distribuídos	–	–	–	–	–	–	–	(15.911)	(15.911)
Retenção de lucros	–	–	–	–	2.398	–	2.398	(2.398)	–
Saldos em 31/12/2017	**27.700**	–	–	–	**11.445**	**4.297**	**15.729**	–	**43.429**
Adoção novas práticas IFRS 9 em 01/01/2018	–	–	–	–	–	–	–	**(3.559)**	**(3.559)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	61.556	61.556
Destinação do lucro do exercício									
Constituição da reserva legal	–	–	–	–	–	1.243	1.243	(1.243)	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	(15.078)	(15.078)
Dividendos adicionais distribuídos	–	–	–	–	–	–	–	(41.679)	(41.679)
Transferência para reserva para futuro aumento de capital	–	2.500	–	2.500	–	–	–	–	2.500
Retenção de lucros	–	–	–	–	2.500	–	2.500	–	2.500
Saldos em 31/12/2018	**27.700**	**2.500**	**2.500**	**11.432**	**5.540**	**16.972**	–	–	**47.172**

Demonstrações do Resultados Abrangentes

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido do exercício	61.556	25.697	61.556	25.697
Total do resultado abrangente do exercício	**61.556**	**25.697**	**61.556**	**25.697**

Demonstrações do Fluxos de Caixa

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro antes do IRPJ e CSLL	86.942	27.178	99.602	27.225
Resultado de equivalência patrimonial	(41.361)	(12.112)	–	–
Depreciação e amortização	2.795	2.744	13.175	9.061
Amortização do custo de captação	172	152	172	152
Encargos financeiros sobre debêntures	–	472	–	697
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	1.261	(53)	2.437	(53)
Juros de debêntures	28.367	15.454	28.367	15.454
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	13	18	1.816	1.516
Provisão para demandas judiciais	121	(1.420)	(2.980)	(1.528)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	11.081	9.213	19.409	13.479
Baixa de imobilizado e intangível	–	25.961	203	25.399
Receita diferida venda de imóvel	–	–	(722)	–
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Mensalidades a receber	(13.560)	(11.357)	(23.306)	(18.740)
Tributos a recuperar	31	–	354	–
Depósitos judiciais	383	(2.279)	7.159	(2.378)
Outros créditos	(2.081)	(451)	(10.107)	(570)
Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(236)	185	102	(176)
Obrigações trabalhistas	270	(151)	2.131	459
Obrigações tributárias	(2.467)	(1.005)	(2.598)	(1.114)
Obrigações por aquisição de participações societárias	–	–	280	–
Mensalidades antecipadas	(814)	2.351	(2.021)	5.589
Outras contas a pagar	7	–	3.054	–
	41.611	**60.790**	**94.846**	**80.854**
IRPJ e CSLL pagos	(1.097)	(260)	(1.129)	(1.329)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**40.783**	**59.580**	**92.946**	**79.525**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	20.111	2.000	–	–
Aquisição de participações de participações societárias	–	(2.655)	–	(2.655)
Aquisição Grupo Veritas, líquido de caixa adquirido	(280.364)	–	(256.248)	–
Acréscimo no imobilizado	(1.292)	(3.346)	(8.133)	(9.880)
Acréscimo no intangível	(137)	(280)	(834)	(349)
Recebimento pela venda de ativo	–	–	4.819	1.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(261.682)**	**(4.281)**	**(260.396)**	**(11.936)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(56.757)	(22.014)	(56.757)	(22.014)
Empréstimos e financiamentos pagos	(187)	(866)	(186)	(1.140)
Captação de debêntures	298.951	–	298.951	–
Pagamento de encargos financeiros de debêntures	(46.800)	(15.724)	(46.800)	(15.724)
Pagamento de encargos financeiros	–	–	(3.360)	(2.622)
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	(2.912)	–	(16.715)	–
Mútuos com partes relacionadas	7.548	–	(21.322)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.500	–	2.500	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**202.344**	**(38.628)**	**156.311**	**(41.500)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(18.555)	16.671	(11.139)	26.089
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	26.687	10.016	39.612	13.523
No fim do exercício	8.132	26.687	28.473	39.612
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(18.555)**	**16.671**	**(11.139)**	**26.089**

Diretoria

Hermes Ferreira Figueiredo – Diretor Presidente
Fabio Ferreira Figueiredo – Diretor de Planejamento
Renato Ribeiro – Diretor Financeiro
Antonio Cavalcanti Junior – Diretor Financeiro e Administrativo
Juarez Rosati Mendonça Carnaúba – Contadora CRC-1SP 264.008/O-1

Relatório do Auditor Independente Aos administradores e acionistas da **ACEF S.A.** – Fransa-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ACEF S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as dem

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 01.979.936/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Companhia" ou "Controladora") reverendo um prejuízo apurado no ano anterior de R$ 31,1 milhões para um lucro de R$ 63,6 milhões. Isso submete à apreciação dos seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **Visão Geral da USS e do Mercado de Atuação** - Com mais de 20 anos de atuação no mercado de assistência 24 horas, a Companhia é líder no mercado de assistências no Brasil. Possui como cerca de 30% das despesas financeiras foram pagas por meio do maior eficiência operacional. Em observância às disposições regulamentares, a Diretoria declara que principal acionista o Grupo Carlyle, uma das maiores firmas de *private equity* do mundo. A Companhia presta por serviços de assistências para automóveis, residências e pessoas através de uma solida e abrangente rede credenciada de prestadores. Possui uma gama diversificada de clientes de ramos como seguros, montadoras de automóveis, bancos, varejo, entre outros. Além disso, a Companhia também atua em mais três mercados por meio de suas subsidiárias. A Tempo BSS oferece serviços de contact center; a Tempo Multassistência, joint venture criada em conjunto com a empresa espanhola Multassistencia, presta serviços de regulação e reparação de sinistros ao mercado segurador e a PSS Solução e Reparo Emergencial Ltda., empresa destinada a atuar no comércio varejista de peças e acessórios para veículos automotores, serviços de manutenção, reparação elétrica e mecânica de veículos e execução de serviços de socorro, incluindo serviços de remoção e reparos emergenciais de veículos. Atualmente os negócios da Companhia possuem muita sinergia e estão totalmente alinhados entre si. Os serviços que seguem considerados prioritários pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência. Barueri, 09 de março de 2019.

A Administração

Balanços patrimoniais - 31/12/2018 e 2017 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante	212.019	285.937	217.799	291.853
Caixa e equivalentes de caixa	260	341	270	344
Outros ativos financeiros	77.945	155.581	81.421	158.243
Contas a receber	71.531	67.689	73.365	70.562
Créditos tributários e previdenciários	38.487	27.957	38.637	28.076
Estoques	-	-	52	61
Despesas antecipadas	22.308	32.609	22.351	32.621
Outros ativos	1.488	1.760	1.703	1.946
Não circulante	709.746	749.608	710.609	741.561
Impostos diferidos ativos	47.460	44.938	48.582	47.121
Créditos tributários e previdenciários	29.136	29.396	29.181	29.454
Despesas antecipadas	15	28	15	28
Partes relacionadas	6.621	18.032	-	-
Outros ativos	12.299	12.769	12.847	13.141
Investimentos	11.584	8.052	257	860
Intangível	598.710	632.306	622.282	634.743
Imobilizado	3.920	4.087	15.210	15.788

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante	293.573	209.415	294.544	201.829
Provis ões técnicas e rescedores	592	1.697	592	1.697
Fornecedores	34.311	44.631	34.538	49.020
Dividendos a pagar	15.910	279	15.910	279
Partes relacionadas	5.932	15.846	-	-
I s C	-	-	171	-
Impostos e contribui ss	4.135	630	4.566	1.567
Pendentes	147	147	147	596
Débitos tributários a pagar por a uisit o de controlada	66.550	-	66.550	-
Obriga es com pessoal e encargos sociais	9.795	8.280	14.277	12.895
Adiantamentos de clientes	28.862	42.683	28.862	42.683
Outras contas a pagar	81.661	64.702	82.394	64.764
Não circulante	303.677	430.586	309.390	436.041
Provisões para perdas com causas judiciais	21.958	29.901	24.721	32.023
Impostos e contribuições	10.252	8.758	12.599	12.289
Empréstimos e financiamentos	257	-	860	248
Impostos diferidos passivos	60.204	35.292	60.204	35.292
Débitos tributários	211.006	252.780	211.006	252.780
Contas a pagar por aquisição de controlada	-	103.409	-	103.409
Provisão para perda com investimentos	-	446	-	-
Patrimônio líquido	324.514	395.544	324.514	395.544
Capital social	131.886	130.876	131.886	130.876
Reservas de capital	135.568	255.223	135.568	255.223
Reservas de lucros	57.060	8.445	57.060	8.445
Total do passivo e do patrimônio líquido	921.764	1.035.545	928.448	1.033.414

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31/12/2018 e 2017 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital: Reserva de opções baseada em ações	Reserva de lucros	Ações em tesouraria	Reserva de lucros	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	130.876	-	252.361	-	74.420	-	456.777
Aumento de capital	868	-	-	-	-	-	868
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(33.826)	(33.826)
Ajuste de prejuízo acumulado de opções de ações, líquido	-	2.856	-	-	-	-	2.856
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(31.131)	(31.131)
Absorção do reserva	-	-	-	-	(31.131)	31.131	-
Em 31 de dezembro de 2017	130.876	2.856	252.362	-	9.445	-	395.544
Aumento de capital	1.010	-	-	-	-	-	1.010
Resgate e cancelamento de ações	-	(120.000)	-	-	-	-	(120.000)
Ajuste do prêmio acumulado de opções de ações, líquido	-	345	-	-	-	-	345
Recompra de ações	-	-	-	114	-	-	114
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(114)	(114)	-	-	(228)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	63.639	63.639
Proposta de destinação: Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(15.910)	(15.910)
Constituição de reserva	-	-	47.729	-	-	(47.729)	-
Em 31 de dezembro de 2018	131.886	3.201	132.367	-	57.060	-	324.514

Demonstrações do resultados - 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita dos serviços	744.557	766.441	757.759	781.234
Custo dos serviços prestados	(426.170)	(411.671)	(428.679)	(411.565)
Lucro bruto	315.387	354.770	329.080	369.775
Despesas operacionais:				
Despesas de vendas	(70.781)	(87.803)	(70.781)	(87.803)
Despesas gerais e administrativas	(150.165)	(172.113)	(161.554)	(185.830)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.040	(38.273)	6.677	(38.357)
Lucro (Prejuízo) operacional	101.481	(3.419)	103.422	(2.215)
Receitas financeiras	7.318	12.977	8.635	13.276
Despesas financeiras	(26.118)	(43.377)	(26.394)	(45.011)
Despesas financeiras, líquidas	(18.800)	(30.400)	(17.759)	(31.735)
Equivalência patrimonial	3.348	772	1.257	835
Lucro líquido (Prejuízo) antes do IR e da CS	86.029	(33.047)	87.120	(33.115)
IR e CS				
Corrente	-	-	(1.030)	(1.801)
Diferido	(22.390)	1.916	(22.451)	3.785
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	63.639	(31.131)	63.639	(31.131)
Lucro (Prejuízo) por ação das operações em continuidade atribuível aos acionistas - R$ por ação				
Lucro (Prejuízo) básico das operações em continuidade por ação		0,17	(0,08)	
Lucro (Prejuízo) diluído das operações em continuidade por ação		0,16	(0,08)	

Demonstrações do resultados - 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	63.639	(31.131)	63.639	(31.131)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	63.639	(31.131)	63.639	(31.131)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais: A USS Soluções Gerenciadas S.A. ("USS", "Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, denominadas com "Grupo") atuam em gestão de soluções para empresas e pessoas nos mercados de seguros e benefícios assistenciais ligados a vida, saúde, patrimônio e serviços correlatos, sendo seus negócios divididos em dois segmentos: (i) Assistência Especializada e (ii) Call Center. A USS Soluções Gerenciadas S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Barueri, Estado de São Paulo, oferece prestação de serviços de assistência especializada, oferecendo serviços remunerados com base em taxa fixa mensal, de assistência especializada, dentre eles: (i) serviços para veículos, incluiu assistência em estradas e substituição temporária de veículos; (ii) serviços de emergência doméstica, oferecendo os serviços de encanadores, elétricistas e chaveiros; e (iii) serviços pessoais, como assistência funeral e em acidentes. Por meio de sua controlada BSS Central de Atendimento Ltda. ("BSS"), oferece prestação de serviços de tele atendimento ativo e receptivo, cujos serviços são oferecidos por meio de contratos firmados com empresas. Por meio de sua controlada PSS Soluções e Reparos Emergenciais Ltda. ("PSS"), atua no comércio varejista de peças e acessórios para veículos automotores, serviços de manutenção, reparação elétrica e mecânica de veículos e execução de serviços de socorro, incluindo serviços de remoção e reparos emergenciais de veículos e participação em cotas sociedades na qualidade de sócia ou acionista. Os serviços são oferecidos por meio de contratos firmados com empresas do próprio grupo. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pela Diretoria 09 de março de 2019.

"As Demonstrações Financeiras na integra acompanhadas de suas Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos interessados na Sede da Companhia"

Qiwi Brasil Tecnologia S.A.

CNPJ nº 12.865.520/0001-61

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Balanços patrimoniais	2018	2017
Ativos: Caixa e equivalentes de caixa	12.452	208.680
Contas a receber de clientes	63.351	1.000
Estoque	1.969.325	2.185.386
Ativo fiscal corrente	121.473	120.888
Outras contas a receber	3.112.860	3.619.278
Total do ativo circulante	5.279.462	6.197.581
Outros Créditos	11.640.933	13.426.524
Total realizável a longo prazo	11.640.933	13.426.524
Imobilizado	3.057.208	3.482.359
Intangível	1.531.945	1.531.945
Total do ativo não circulante	4.589.153	5.014.314
Total do ativo	21.509.557	24.638.421
Passivos: Fornecedores	114.064	102.129
Salários e férias a pagar	327.379	352.470
Passivo fiscal corrente	114.088	97.553
Empréstimos e financiamentos	123.448	112.504
Outras contas a pagar	13.461	13.384
Total do passivo circulante	692.478	688.010
Provisão para contingência	-	52.747
Total do passivo não circulante	-	52.747
Patrimônio líquido: Capital social	29.662.669	29.662.669
Capital integralizar	(2.611.955)	(5.448.554)
Ação na Emissão de Ações	2.912.798	2.912.798
Prejuízos acumulados	(8.146.433)	(2.817.253)
Total do patrimônio líquido	21.817.079	23.309.660
Total do passivo	22.509.557	24.038.421
Total do passivo e patrimônio líquido	21.509.557	24.638.421

Demonstrações do resultados abrangentes	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	(5.329.180)	(3.874.410)
Resultado abrangente total	(5.141.855)	(3.874.410)

Arnaldo Moreira Trindade
Contador - CRC: 1SP183.550/O-8

Qiwi Brasil Tecnologia S.A.
Lorenzo Pagnotta
CPF: 071.038.978 - 75

Qiwi Brasil Tecnologia S.A.
Fernando Cavalcanti
CPF: 175.350.018-40

As Demonstrações Financeiras na integra encontram-se em poder da administração.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Reservas Ação na Emissão	AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total do Capital Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	38.434.797	(1.008.613)	(24.903.321)	2.912.798	-	3.109.696
Resultado do exercício	-	-	(3.874.410)	-	-	(3.874.410)
Ajuste de Exercício	16.194.038	-	-	-	-	16.194.038
Redução de Capital Social	(24.966.168)	-	24.966.168	-	-	-
Capital a Integralizar	-	(4.439.942)	-	-	-	(4.439.942)
AFAC- Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	(3.109.096)	(3.109.096)
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	78.290	-	-	78.290
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	29.662.669	(5.448.555)	(3.733.279)	2.912.798	-	23.309.658
Resultado do Exercício	-	-	(5.141.855)	-	-	(5.141.855)
Capital Integralizado	-	2.837.600	(249.854)	-	-	2.587.746
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	(21.448)	-	-	(21.448)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	29.662.669	(2.611.955)	(9.146.433)	2.912.798	-	20.817.080

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(5.172.642)	21.981.854
Lucro líquido do exercício	(5.141.855)	(3.874.410)
Ajustes para outras locações	(271.302)	25.044.456
Depreciação	803.842	811.808
Juros sobre empréstimos	(563.327)	-
(Aumento) redução nos ativos: Estoques	216.061	(441.202)
Ativo fiscal corrente	(585)	(15.202)
Outros Créditos	2.348.898	(1.884.164)
Outras contas a receber	506.418	(1.929.580)
Aumento (redução) passivos: Fornecedores	11.938	(128.639)
Salários e férias a pagar	(25.097)	50.871
Passivo fiscal corrente	26.538	52.462
Aumento líquido caixa e equivalentes de caixa	(196.727)	135.216
Caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2017	208.680	73.464
Caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2018	12.452	208.680
Aumento líquido caixa e equivalentes de caixa	(196.727)	135.216

Edital de Praça Única de bem imóvel e para intimação do executado **JOSÉ VERISSIMO FLORÊNCIO NETO** (CPF: 454.251.248-72, RG. 8.206.054-SSP/SP), bem como seu cônjuge, se casado for, a terceira tentativa **ODILIA TELHERMO DE OLIVEIRA, 1ª EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA, nº 0004170-24.2011.8.26.0010**, em trâmite na 1ª Vara Cível do Foro Regional X – Ipiranga/SP, requerida por **BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A** (CNPJ: 76.543.115/0001-94), O Dr. Luis Fernando Crillo, Juiz de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do CPC e da Lei 5.741/71, **FAZ SABER** que levará a praça o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da **ZUKERMAN LEILÕES (www.zukerman.com.br)**, em condições que segue: **1. BENS** Apartamento nº 15, localizado no 1º andar do EDIFÍCIO MARIA FERNANDA, situado na Rua dos Patriotas, 618, no 18º Subdistrito Ipiranga, com a área útil de 38,2730m², área de garagem (com direito a guardar e estacionar 01 um automóvel de passeio, na garagem localizada no 1º e 2º subsolo e no estacionamento do pavimento térreo do edifício, em vaga individual e indeterminada, sujeito ao uso de manobrista) de 24,1714869m², a área comum de 21,3343129m², perfazendo a área total construída de 84,7770969m², correspondendo-lhe uma fração ideal de terreno de 0,0093102175, **CONTRIBUINTE**: 040.057.0164-7. **MATRÍCULA: 82.353 do 6º CRISP**. **OBS.** Conf. Av-4 (22/06/2017) o Edifício Maria Fernanda está construído em terreno que encerra a área de 1.200,00m². **ÔNUS:** Consta da referida matrícula, na **R.2** (01/10/1985), hipoteca em favor do Banco Bamerindus do Brasil S/A. Conforme **AV.5** (22/06/2017), (ÁREA EVOLUTÓRIA). Por certidão de penhora datada de 19 de junho de 2017, expedida nos autos da ação de Execução Civil nº 0004170324213406000101, processadas perante o Juízo de Direito do 1º Ofício Cível do Foro Regional XI Pinheiros, Capital, e do ofício de registro de imóveis sob nº 1107/CRIMESP2017, expedido aos 20 de julho de 2007, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo CONPRESP, verifica-se que o imóvel objeto desta matrícula encontra-se no perímetro da área envoltória de proteção do conjunto de bens tombados constituído pelo Parque da Independência e pelas antigas residências da Família Jafet e Instituições Assistenciais e de Ensino, e conforme a Resolução nº 11/CONPRESP/2007, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, em 05 de julho de 2007, referente a REGULAMENTAÇÃO DE ÁREA ENVOLTÓRIA, qualquer projeto ou intervenção no imóvel desta deverá ser submetido à prévia aprovação do CONPRESP, e qualquer alteração na vegetação, especialmente arbórea, existente nos lotes e logradouros, bem como os projetos urbanísticos e Demais interferências físicas a serem implantadas nos logradouros e áreas verdes deverão ser analisados pelo DPH e autorizados pelo CONPRESP (artigos 4º e 5º da Resolução nº 11/CONPRESP/2007); e conforme **AVA.** (22/06/2017), registra que a penhora exequenda: **2. AVALIAÇÃO - R$ 313.219,06 (MARÇO/2019 - Conf. Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do TJSP). 3. CRÉDITO EXEQUENDO - R$ 156.435,80 (ABRIL/2013). 4. VISITAÇÃO** - Não há visitação. **5. DATA DO PRAÇA - começa em 15/05/2019, às 16h00min, e termina em 17/05/2019, às 16h00min. 6. CONDIÇÕES DE VENDA** Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou superior ao Crédito Hipotecário, devidamente atualizado até a data da praça (Art. 6º da Lei 5.741/71), ou na hipótese de ser superior ao valor de Avaliação, aquele que der lance igual ou superior ao valor de avaliação atualizado. **7. PAGAMENTO** - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil S.A. através do link https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaljsp/login.jsp, impreterivelmente, no prazo de até 24 horas da realização da praça. Em até 5 horas após o encerramento da praça, cada arrematante receberá um email com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC); **8. COMISSÃO DO LEILOEIRO** 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (não incluso no valor do arremate), e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento da praça na conta do Leiloeiro Oficial: Fabio Zukerman, CPF: 215.753.238-36, Banco Itaú, Agência 3758, C/C 27012-4 (Art. 884, Par. Único do CPC e Art. 24, Par. Único do Decreto nº 21.981/32). **9. DO CANCELAMENTO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** Caso a praça seja cancelada após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo leiloeiro, que serão pagas pela parte requerida ou àquele que der causa ao cancelamento. **10. DÉBITOS e OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE** Em caso de arrematação, o crédito do exequente no processo em epígrafe, gozará de preferência em razão de se tratar de garantia real, inobstante eventuais débitos de IPTU, condomínio e taxas incidentes sobre o imóvel objeto da venda nos termos do Art. 130, parágrafo único do CTN (mediante apresentação do extrato pela arrematante ao MM. Juízo da causa). O bem será alienado no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de eras de responsabilidade do arrematante, que será responsável por eventual regularização que se faça necessária. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º do CPC). Os valores de avaliação e débitos serão atualizados até a data da efetiva praça. Em caso de inadimplemento, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. **11. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Angélica, nº 1.966, 8º andar, Higienópolis, São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 2388-8283 e e-mail: contato@zukerman.com.br. Para participar acesse www.zukerman.com.br. Para participar acesse www.zukerman.com.br. Consta do executado JOSÉ VERISSIMO FLORÊNCIO NETO, a terceira interessada ODILIA TELHERMO DE OLIVEIRA e demais interessados. **INTIMADOS** das designações supra, caso não seja (m) localizado(a)(s) para a intimação pessoal, bem como da Penhora realizada no dia 12/05/2014. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de março de 2019.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:
(11) **2388-8283** | WWW.**ZUKERMAN**.COM.BR
ZUKERMAN LEILÕES

Sociedade Japonesa de Educação e Cultura

CNPJ/nº 49.086.210/0001-06

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores associados da Sociedade Japonesa de Educação e Cultura para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede à Entrada do Campo Limpo, nº 1501, em São Paulo, no dia 04 de Maio de 2019, às 10 horas, para deliberarem sobre a ordem do dia: **a)** Exame e apreciação das Demonstrações Financeiras de 2018; **b)** Exame e aprovação do Relatório de Atividades de 2018; **c)** Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras de 2018; **d)** Exame e aprovação do Orçamento para 2019; **e)** Eleição dos membros da Diretoria; **f)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal e **f)** Outros assuntos de interesse da entidade. Não havendo quórum na primeira convocação (maioria absoluta dos associados), será feita uma segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, quando a assembleia instalar-se-á legalmente com qualquer número de presentes. O associado impossibilitado de comparecer poderá fazer-se representar por outro associado, mediante procuração escrita. São Paulo, 11 de abril de 2019.

Makoto Kinoshita - Presidente

MOBILIDADE PARTICIPAÇÕES E CONCESSÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.206.359/0001-00 - NIRE Nº. 3530051102-6

COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

A Companhia informa que em 19 de março de 2019, recebeu a carta de renúncia do Sr. **ITALO ROPPA**, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, com registro perante a JUCESP nº 185.349/19-5 em 04/04/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF Nº. 09.367.702/0001-82 - NIRE Nº. 35.300.352.858 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

A Companhia informa que em 25 de março de 2019, recebeu a carta de renúncia do Sr. **FRANCISCO DE ASSIS NUNES BULHÕES**, ao cargo de **Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, com registro perante a JUCESP 184.520/19-8 em 03/04/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VIGOR VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ 13.324.184/0001-97 • NIRE 35.300.391.047 • **Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária**

Ficam os senhores acionistas da Vigor Alimentos S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia no dia **30/04/2019**, em primeira convocação às 11h00 e em segunda às 11h30, na sede social da Companhia, situada na Rua Joaquim Carlos, 396, 7º andar, Bela, CEP 03019-900, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciar o relatório da administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31/12/2018; **(iii)** fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2019; e **(iv)** outros assuntos de interesse dos acionistas presentes e da Companhia. São Paulo, 8 de abril de 2019. **Antonio Suarez Lara** - Presidente do Conselho de Administração. **A Administração da Vigor Alimentos S.A.**

Nogueira Patrimonial e Participações S.A.

CNPJ/NIRE: 46.155.487/0001-62

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Convocamos os Senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 22/04/2019, às 10 horas, na sede da Companhia, a Rua XV de Novembro, nº 741, sobreloja sala 01, na Cidade de Itapira/SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017 e 2018; (2) Deliberar sobre a destinação das reservas de lucros existentes no exercício de 2015, 2016, 2017 e 2018; (3) Deliberar sobre o funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício de 2019; (4) Deliberar sobre a remuneração dos membros da Diretoria para os exercícios de 2019 a 2021; (5) Fixar a remuneração dos diretores para o exercício de 2019; e (6) Convalidar todos os atos e assuntos praticados nos exercícios de 2016, 2017 e 2018. Alfonso Nogueira de Freitas - Diretor Presidente. (10,11, 12)

Dafferner Comércio Exterior Ltda

CNPJ/ 50.260.884/0001-91 - NIRE: 3520077732

Convocação Reunião de Sócios Quotistas

Ficam os Srs **Quotistas** convocados para a **Reunião de Quotistas de Dafferner Comércio Exterior,** em 1º convocação, a ser realizada no dia 29/04/2019, às 10h, na Rua Itunama, 189, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31/12/2018; b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2018; c) fixação dos honorários da diretoria para 2019.

Walter Carvalho Dafferner - Sócio Administrador. (09-11-12)

Tubaqueos Indústria e Comércio S/A

CNPJ/ 46.256.016/0001-43 - NIRE: 35.3.0032559-6

Convocação - Assembleia Geral Ordinária. Ficam convocados os acionistas para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na sede social à Rua Alvaro Marques, 365/367/371, em São Paulo - SP, no dia 26 de Abril de 2.019, às 10 horas, para deliberarem sobre a referente à diretoria e demonstrações financeiras de exercício findo em 31/12/2018, destinação do resultado do referido exercício e eleição, se necessário, do Conselho Fiscal. São Paulo, 10 de Abril de 2.019. Luiz Carlos Salin - Diretor Presidente.

VIZEUONLINE LEILÃO
23 Autos, Utilitários, Caminhões, Máquinas
Dia 23/03/2019 às 10:00h.
Local: Recife/PE - Av. Recuperação, 404
Visitação: Dia 23/03/2019 a partir de 8:00h.
www.vizeuonline.com.br (81) 3039-1994
ERRATA: Rua de Almeida Pereira, Leiloeiro Oficial, JUCEPE 331. Normas e condições de pagamento, constatão no site e no catálogo distribuído no Leilão.

Máquina da Notícia Comunicação Ltda.

CNPJ/NIRE nº 00.260.176/0001-16 - NIRE 35.220.403.707

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os sócios a se reunirem no **dia 26/04/2019, às 10h**, na Rua Fidalga, 1.376, 12º andar, conjunto 121, 122, 123 e 124 e o terraço do 13º piso (cobertura), parte, SP/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **i)** a saída de sócio da Sociedade, com a consequente cessão e transferência de suas quotas; **ii)** a alteração na forma de representação da Sociedade, passando a ser representada conjuntamente por dois administradores; e **iii)** a alteração e consolidação do Contrato Social da Sociedade, de forma a refletir as mudanças aprovadas em Assembleia. São Paulo, 11/04/2019. Rosa Maria Scavazza Vanzella Trovati - Administradora.

BRAZILIAN SECURITIES Brazilian Securities Companhia de Securitização

Uma Empresa do Grupo XMS

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação

Vigésima Primeira Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários do 290º Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 290ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("**CRI**", "**Emissão**" e "**Securitizadora**", respectivamente), nos termos da Cláusula Oúnrue do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 290ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("**Termo de Securitização**") a reunirem-se, em 2ª convocação, para a Vigésima Primeira Assembleia Geral dos Investidores dos CRI ("**Vigésima Primeira Assembleia**"), a se realizar no dia 6 de maio de 2019 às 10h, no endereço da Securitizadora, na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre: **(i)** o vencimento antecipado, ou não, dos CRI em função do não pagamento, pela Devedora, dos Créditos Imobiliários representados pela CCI em sua integralidade em até 90 (noventa) dias a contar da correspondente data de vencimento, conforme cláusula 7.1.1 item (b) do Termo de Securitização, culminando o não pagamento dos parcelas de juros e amortização dos CRI devidas nos dias 24/04/2018, 25/05/2018, 22/06/2018, 22/08/2018, 24/09/2018, 24/10/2018, 22/11/2018, 24/12/2018, 23/01/2019 e 22/02/2019, conforme tabela constante do Anexo II ao Termo de Securitização; **(ii)** aprovação do Plano de Recomposição e Pagamento aprovestado em 23 de abril de 2018, nos termos das deliberações da XVI Assembleia Geral de Titulares de CRI realizada em 28.03.18 e da XVII Assembleia Geral de Titulares de CRI realizada em 20.07.18; **(iii)** em caso de não aprovação do plano mencionado do Fundo de Reserva; **(iv)** as medidas a serem adotadas em razão do atraso no processo de finalização da cessão fiduciária dos recursos a serem recebidos em razão de 26 (vinte e seis) CRI de titularidade da Island Service – Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Cessão Fiduciária"); **(v)** aprovação do escritório Costa Rangel Advogados para fazer eventuais minutas que se fazem necessárias aos documentos da operação, ou na sua falta, outro escritório indicado pela Securitizadora; **(vi)** as medidas a serem tomadas em razão do não envio da comprovação de entrega da apólice à loja Renner, conforme disposto na cláusula 9.4.3 do Instrumento Particular de Contrato de Locação não residencial e Outras Avenças, celebrado em 26/11/2012, aditado em 18/02/2013 e 18/06/2018, e cláusula 1.7, inciso XXXII, do Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Crédito Imobiliários e Outras Avenças, celebrado em 14/12/2012, aditado em 18/01/2013, 20/03/2013 e 18/06/2018 ("Contrato de Cessão"); **(vii)** as medidas a serem tomadas em razão do não envio da comprovação dos registros do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis em Garantia, sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 18 de junho de 2018, do Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Locação Não Residencial e Outras Avenças, celebrado em 18 de junho de 2018, do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças, celebrado em 18 de junho de 2018 e da Cessão Fiduciária, nos cartórios competentes; e **(viii)** as medidas a serem tomadas pela não apresentação semestral do relatório elaborado pela Agência de Rating, conforme estipulado no item 4 da cláusula 7.1.2 do Termo de Securitização. Os Investidores deverão se apresentar no endereço da Securitizadora, acima indicado, portando os documentos que comprovem sua condição de titular dos CRI e, os que se fizerem representar por procuração deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Vigésima Primeira Assembleia, no mesmo endereço da Securitizadora indicado acima, no momento da referida Vigésima Primeira Assembleia. Sem prejuízo, e em benefício do tempo, os titulares dos CRI deverão encaminhar previamente os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail assembleias@pertagsonnotutes.com.br, com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência, e apresentar as vias originais no momento da referida Vigésima Primeira Assembleia. São Paulo, 11 de abril de 2019

Brazilian Securities Companhia de Securitização

CDG Construtora S/A

CNPJ 03.043.067/0001-00

RETIFICAÇÃO - Demonstrações Contábeis Balanço Encerrado em 31/12/2018

Na publicação das **Demonstrações Contábeis - Balanço Encerrado em: 31/12/2018,** publicadas neste jornal na edição do dia 09